

CENTRO PAULA SOUZA

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMERICANA
Curso Superior de Tecnologia em Gestão empresarial

Caio Petrini Parazzi

**O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 SOBRE A EFICIÊNCIA DO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO**

Americana, SP

2015

CENTRO PAULA SOUZA

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMERICANA
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial

Caio Petrini Parazzi

O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 SOBRE A EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Trabalho de graduação apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Empresarial pelo CEETEPS/Faculdade de Tecnologia – FATEC/ Americana sob a orientação do (a) Prof.^(a) Dr. Marcos Dias

Área de concentração: Economia

Americana, S. P.

2015

FICHA CATALOGRÁFICA – Biblioteca Fatec Americana - CEETEPS
Dados Internacionais de Catalogação-na-fonte

P245i	<p>Parazzi, Caio Petrini</p> <p>O impacto da crise de 2008 sobre a eficiência do setor bancário brasileiro. / Caio Petrini Parazzi. – Americana: 2015.</p> <p>41f.</p> <p>Monografia (Graduação em Tecnologia em Gestão Empresarial). - - Faculdade de Tecnologia de Americana – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marcos de Carvalho Dias</p> <p>1. Administração financeira I. Dias, Marcos de Carvalho II. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Faculdade de Tecnologia de Americana.</p> <p>CDU: 658.15</p>
-------	--

Caio Petrini Parazzi

**O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 SOBRE A
EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

Trabalho de graduação apresentado
como exigência parcial para obtenção do
título de Tecnólogo em Gestão
Empresarial pelo CEETEPS/Faculdade de
Tecnologia – Fatec/ Americana.
Área de concentração: Economia.

Americana, 07 de dezembro de 2015.

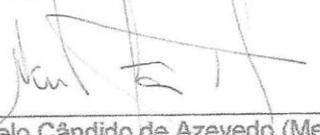
Banca Examinadora:



Marcos de Carvalho Dias (Presidente)
Doutor
Fatec Americana



Amarildo Bertassi (Membro)
Mestre
Fatec Americana



Marcelo Cândido de Azevedo (Membro)
Mestre
Fatec Americana

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me apoiaram na minha trajetória durante a faculdade e ao meu trabalho, meus amigos, meus professores orientadores, e minha maravilhosa família, meu pai, meu padrasto, meus avós maravilhosos e em especial minha mãe que é o meu apoio para tudo, e ao pequeno Yann que trouxe felicidade e alegria para minha casa.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcos Dias pela dedicação na orientação, compreensão, incentivo, principalmente a clareza e disposição para o desenvolvimento deste trabalho.

A minha mãe que me criou e me apoiou em quase todas minhas decisões durante minha vida.

Ao meu pai que além de ser um companheiro e grande amigo, me auxiliou e fez o possível para a conclusão deste trabalho.

A professora Maria Adelina Pereira pela paciência, auxílio e apoio para a conclusão do curso.

A minha turma de curso pela amizade, companheirismo e principalmente pelo incentivo para a conclusão do meu curso.

À secretaria de graduação da FATEC - Americana, pelo apoio, e principalmente, pela atenção demonstrada pelas secretárias.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a crise financeira dos Estados Unidos de 2008, e relacionar as consequências no Brasil, principalmente no setor bancário. Para isso será feito um breve resumo histórico levando em conta os motivos e as principais causas da crise. Também será feita uma análise da eficiência do setor bancário nacional, primeiramente, sendo propriamente caracterizado, finalizando com os principais pontos de sua eficiência. Após esta análise, serão apontados os principais impactos sobre a eficiência deste setor, bem como o setor de crédito nacional e a lucratividade dos 5 maiores bancos brasileiros no período pós crise (2007 a 2011).

Palavras chave: Crise financeira, Setor Bancário

ABSTRACT

This project aims to examine the 2008 United States of America's financial crisis and connect to Brazil's consequences, mainly in the banking sector. It will be done a historical summary connecting the crises's reasons and causes. Also will be analyzed the brasilian's banking sector efficiency, at first, it will be properly characterized, ending with the main points of its efficiency. After this analysis, will be listed the main impacts on the efficiency of this sector, as well as the national credit sector and the profitability of the five largest Brazilian banks in the post crisis period (2007 to 2011).

Keywords: Financial crisis, banking sector

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráfico 1.1 - Aumento do valor dos imóveis	15
Figura 2	Gráfico 1.2 - Queda do valor dos imóveis	16
Figura 3	Gráfico 1.3 - O valor da moeda dos Países Em Desenvolvimento	20
Figura 4	Gráfico 1.4 - O Valor do preço das commodities	21
Figura 5	Gráfico 1.5 - Taxa de desemprego no Brasil	22
Figura 6	Gráfico 1.6 - Crescimento do PIB	23
Figura 7	Gráfico 3.1 - Demonstração dos Recursos creditícios 2007 a 2011	37
Figura 8	Gráfico 3.2 - Demonstrativo do lucro dos 5 maiores bancos brasileiros (Período entre 2008 a 2011)	40

LISTA DE TABELAS

Figura 1	Tabela 1.1 – Taxas de desenvolvimento de 2007 a 2009	19
Figura 2	Tabela 2.1 - Operações de Crédito e Depósitos no Brasil entre 1994 a 1996	25
Figura 3	Tabela 2.2 - Número total de Bancos entre 2000 a 2006	27
Figura 4	Tabela 3.1 - Demonstração dos Recursos creditícios anteriores a crise (Ano de 2007)	35
Figura 5	Tabela 3.2 - Demonstração dos Recursos creditícios após a crise (Ano de 2007 a 2009)	36
Figura 6	Tabela 3.3 - Demonstração dos Recursos creditícios 2010 e 2011	37
Figura 7	Tabela 3.4 - Demonstrativo do lucro dos 5 maiores bancos (Período entre 2008 a 2011)	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Capítulo 1	14
1.1 A Origem da crise:.....	14
1.2 Consequências.....	18
2. O setor bancário brasileiro: principais características	24
2.1 A evolução do setor bancário nacional.....	24
2.2 A concentração do SBB	27
2.3 A regulação do SSB	28
2.4 Como é a competição e o lucro do SSB.....	30
Capítulo 3 – Os principais impactos no setor bancário	33
3.1 – Situação do setor creditício brasileiro momentos antes da crise.....	33
3.2 – Análise do setor creditício brasileiro após a crise.....	35
3.3 – Análise da eficiência do brasileiro após a crise	38
Considerações finais	41
Referências	42

INTRODUÇÃO

Desde épocas remotas do desenvolvimento econômico, os setores financeiros têm passado por momentos críticos. Um desses momentos foi a crise financeira de 2008. Iniciada nos Estados Unidos, a crise financeira mundial de 2008 atingiu praticamente todos os países capitalistas de alguma maneira, no primeiro ano de eclosão da crise. Certos países ainda se recuperam dos prejuízos causados por este momento marcante do desenvolvimento econômico mundial desencadeado pela falência de um grande banco do país.

O Banco é uma instituição destinada a administração dos recursos financeiros de seus contribuintes, tendo como principal papel, intermediar a captação e a concessão desses recursos de maneira tangível ou virtual. Dentre as classificações existentes podemos listar as quatro principais: Banco de investimento, banco de desenvolvimento, banco comercial, e banco misto.

O banco de investimento são entidades financeiras privadas que tem como principal papel financiar a atividade produtiva, o capital de giro e o capital fixo. Não possuem contas correntes e captam seus recursos com depósitos a prazo, com venda de suas cotas ou com repasse de recursos externos. Em outras palavras, ele contribui com a alocação do capital de pessoas físicas e jurídicas em vários tipos de investimentos. O banco de desenvolvimento é caracterizado pelo controle dos governos estaduais, realizando o financiamento de projetos que promovem o desenvolvimento social e econômico. Os bancos comerciais por sua vez, atuam como prestadores de serviços, oferecendo recursos para o financiamento do desenvolvimento de pessoas físicas e jurídicas. Também captam depósitos a vista, disponibilizam contas correntes, efetuam pagamentos, entre outros. Já o banco misto é o banco que atua como duas ou mais classificações de banco. (Banco Central do Brasil, 1999)

O setor bancário brasileiro é particularmente composto por bancos mistos, que criam um ambiente oligopolizado de baixa concorrência. O principal objetivo deste trabalho é analisar os impactos causados pela crise no setor após o entendimento do que foi e o que causou a crise.

Visto que é um acontecimento recente, os principais materiais usados para a conclusão deste trabalho são provenientes de revistas político-econômicas, artigos, trabalhos acadêmicos e relatórios de economia disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

A necessidade da execução deste trabalho foi a partir de uma afinidade com o tema e a conveniência da contribuição para um assunto carente de estudos.

O trabalho é composto por 3 capítulos, cujo primeiro caracteriza a crise financeira sistêmica de 2008. São apontados os principais causadores e desencadeadores da crise, iniciando por uma sucinta caracterização do setor creditício imobiliário americano, os investimentos lastreados à esse setor e a queda do banco de investimentos *Lehman Brothers*, um dos maiores bancos americanos. O capítulo 1 também aponta as consequências da crise de maneira sistêmica, apontando os impactos nos Estados Unidos, Europa e demais país e finalmente no Brasil.

O capítulo 2 é destinado para a descrição do Setor Bancário Nacional. Se inicia com um breve resumo histórico dos principais acontecimentos que levaram o setor ter a se formar até os momentos atuais. O segundo capítulo também destaca as principais características do setor, bem como suas principais operações e dados, a concentração do setor, competição, lucro e como foi feita a regulação até o período antecedente a crise.

O terceiro e último capítulo é destinado para a avaliação do setor creditício após a crise financeira, e o lucro dos cinco principais bancos do país entre um período de 2007 até 2011.

1. Capítulo 1

1.1 A Origem da crise

A crise financeira de 2008 foi a desestabilização econômica mundial retratada por uma grande queda no mercado de ações e a forte redução do volume do comércio internacional. A crise tomou suas proporções internacionais no segundo semestre de 2008 com a falência de enormes bancos americanos, em especial o tradicional banco de investimentos Lehman Brothers, fundado em meados do século XIX.

Para entendermos a real causa de tal recessão econômica, temos que voltar alguns anos, no cenário norte americano onde havia uma grande busca pelo imóvel, e uma enorme oferta de crédito, principalmente depois das taxas de juros cortadas pelo banco central. (Borça Junior e Torres Filho, 2008)

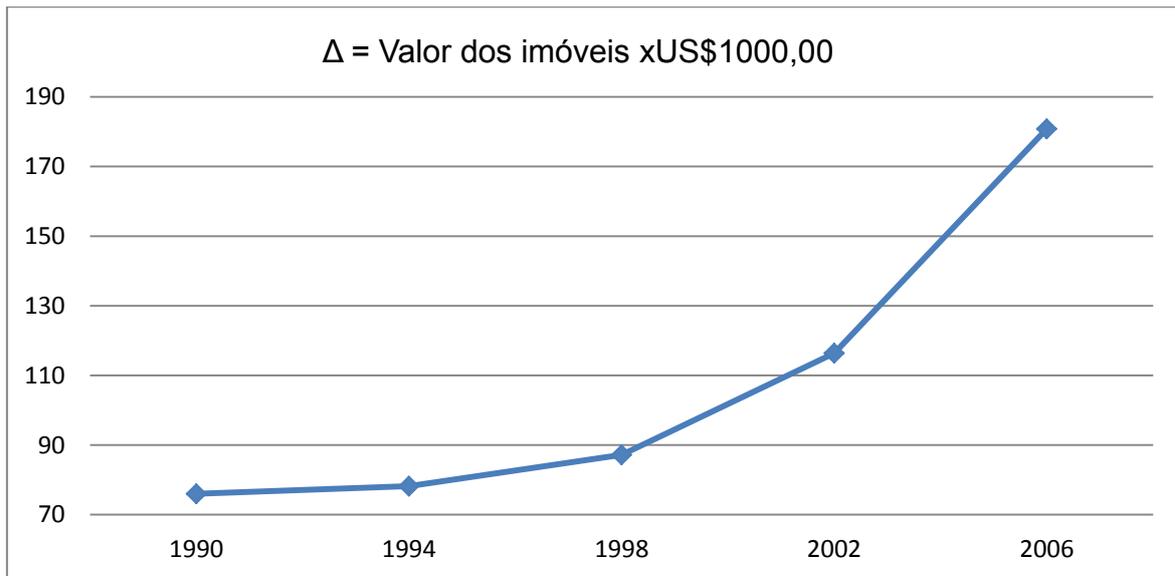
Esta oferta exagerada de crédito, resultante do cenário de extrema concorrência entre bancos, e instituições financeiras não bancárias, também concedente de crédito, foi o primeiro item considerável que desestabilizou o cenário econômico.

Isto gerou a expansão do sistema de financiamento de imóveis para a denominada categoria *subprime*. A categoria *subprime* era um tomador que não oferecia total garantia para se enquadrar na categoria com as taxas de juros menores. Em outras palavras eram a segunda classe dos tomadores de crédito. Enquadravam-se na categoria *subprime* pessoas que não tinham histórico de crédito, não possuíam comprovantes de renda ou eram registrados como inadimplentes.

Estes contratos hipotecários eram bastante convidativos. Eram basicamente contratos por 30 anos, sendo que os dois, ou três primeiros anos tinham taxas de juros estáveis e relativamente baixas; enquanto que os demais anos as taxas de juros eram reajustadas segundo algum critério específico, na maioria das vezes, a valorização do imóvel, que de certo modo disparava, ano após ano. (Borça Junior e Torres Filho, 2008).

O gráfico a seguir mostra a valorização dos imóveis nos Estados Unidos de 1990, até 2007. No eixo vertical podemos visualizar os valores médios (x1000U\$), e o eixo horizontal é composto pelas respectivas datas.

Gráfico 1.1 - Aumento do valor dos imóveis



Fonte: S&P/CASE-SHILLER, elaboração própria

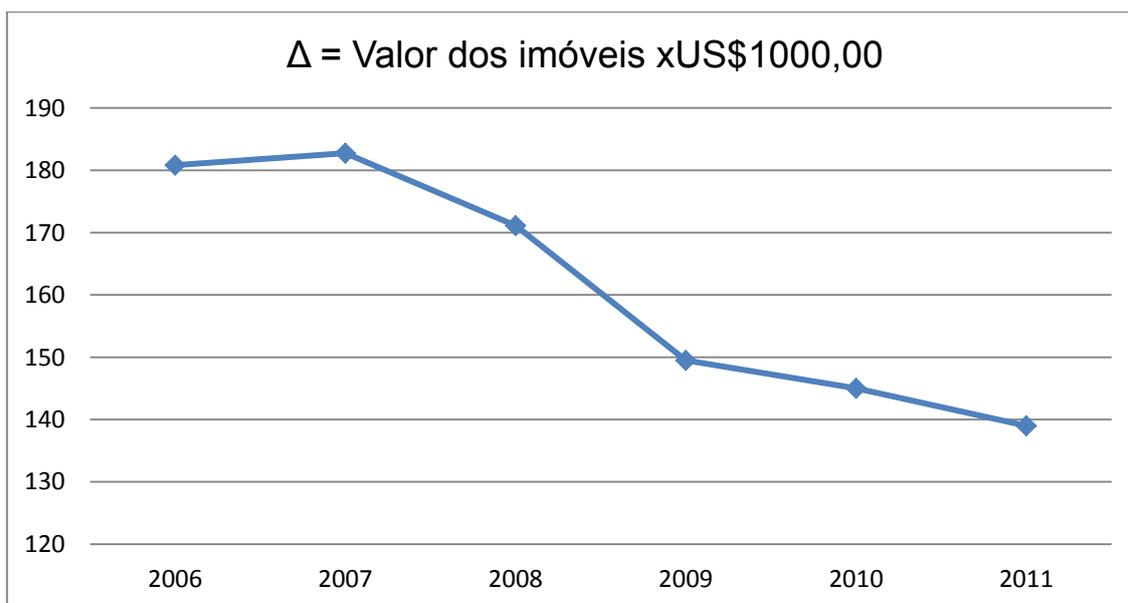
Essa grande valorização do imóvel americano deu-se devido à enorme procura alimentado pela oferta abusiva de crédito para qualquer tipo de cidadão.

Esse crédito hipotecário tinha como garantia o próprio imóvel do tomador do empréstimo. O que gerou certos problemas. Assim que toda vez que um tomador não conseguia pagar as parcelas, ele fazia a rolagem da dívida com um novo empréstimo. Assim saldava a dívida anterior só aumentando o número ou o valor das parcelas.

“Essas operações de refinanciamento permitiram as famílias converterem a valorização patrimonial de suas residências em poder de compra por meio do crédito. Assim, as famílias aumentaram seus níveis de endividamento, financiando a expansão dos investimentos imobiliários, puxando a economia americana rapidamente da recessão.” (Freitas e Cintra; 2008, pág 417).

Esse tipo de “rolagem” de dívida era muito comum, porém devido ao aumento desenfreado dos preços dos imóveis e das taxas de juros, centenas de milhares de pessoas que se enquadravam na categoria subprime se tornaram oficialmente inadimplentes; e em um determinado momento quando a rolagem da dívida não era mais conveniente, houve a necessidade dos mesmos se desfazerem dos imóveis, portanto da mesma maneira que os preços vinham crescendo, eles despencaram.

Gráfico 1.2 - Queda do valor dos imóveis



Fonte: S&P/CASE-SHILLER, elaboração própria

"A crise financeira, em seu estágio mais agudo, promoveu a indiferenciação entre os ativos, demonstrando que em caso de stress não se sustenta a hipótese de inexistência de correlação entre os preços dos ativos." (Belluzo, 2009, pág 24)"

E agora, as financeiras que recuperaram os imóveis por sua vez não conseguiram saldar as respectivas dívidas, pois os mesmos estavam valendo bem menos do que a atual dívida do tomador, entrando em falência e conseqüentemente afetando instituições maiores que haviam investido em títulos comercializáveis relacionados a operação de crédito, neste caso, o empréstimo hipotecário subprime.

Tais instituições maiores, como por exemplo, o banco de investimentos *Lehman Brothers*, insistiram na idéia de securitização destas operações de crédito que se baseavam praticamente na venda de títulos no mercado de capitais por ação de agentes privados. Devido ao elevado risco das operações classificadas *subprime*, a maior parte de seu financiamento foi efetuado sem contar com a garantia tradicional do governo federal americano aos empréstimos residenciais para tomadores de baixa renda. Portanto é aí que entrou o papel principal dos grandes bancos e corretoras americanas.

A Securitização dos créditos *subprime* se iniciava com a transferência de diferentes contratos hipotecários para um único fundo de investimento, chamado *mortgage pool*. No *mortgage pool*, as cotas (tranches) eram classificadas de acordo com seus respectivos riscos. As de maior retorno conseqüentemente tinham maior

risco, assim como as mais seguras tinham um retorno menor. A classificação dessas cotas era calculada com base em modelos estatísticos próprios de gestão de risco das principais empresas classificadoras, como a *Moody's*, *Fitch Ratings* e *Standard and Poor's*. Esses modelos estatísticos continham informações relacionadas as taxas de inadimplência relacionado ao tipo do devedor e ao tipo do crédito concedido.

A classificação das cotas por sua vez era basicamente três. A primeira tranche que assumiria perdas em caso de inadimplência era a denominada *equity*, chamada, patrimônio líquido, ou *toxic-waste* (lixo tóxico, pela dificuldade de ser descartada). Por ser a parcela do fundo de hipotecas mais arriscada ela tinha a taxa de remuneração mais alta para seus detentores, que faziam o papel de amortecedores de risco, para os demais investidores. A segunda classe de risco assumiria os prejuízos excedentes, caso se os mesmos ultrapassassem os limites do lixo tóxico. Essa classe era denominada de médio risco, classificada pela letra "B". E por fim a tranche *senior*, classificada pelas letras "AAA", que era a classe mais segura. Seus detentores só teriam prejuízo se todas as classes anteriores já tivessem sido afetadas. Por isso tinha o menor rendimento, embora a maior certeza de ganho. As cotas *senior* (AAA) eram comercializadas diretamente no mercado de capitais. Já as cotas de médio risco, "B", e as de risco extremo, sofriam um novo processo de transformação financeira mediante o uso de derivativos de crédito, melhorando suas classificações de risco. (Borça Junior e Torres Filho, 2008)

Todo essa comercialização destes produtos estruturados criou uma conexão entre todos os envolvidos dessa cadeia, aumentando a negligência bancária em relação a avaliação da qualidade do crédito. Tal negligência que corrompeu o banco de investimentos *Lehman Brothers*. Para que o *Lehman* não perdesse seus investidores eles começaram a forjar as receitas e os ativos da organização. Mas, mesmo assim, os acionistas tinham uma desconfiança, principalmente, depois da quebra do Banco *Bear Stearns* no começo do ano de 2008.

"A decisão das autoridades americanas de não prover apoio financeiro ao *Lehman Brothers* agravou profundamente a crise, gerando um forte pânico nos mercados globais. Bancos e empresas, mesmo possuindo condições saudáveis do ponto de vista financeiro, passaram a ter amplas dificuldades na obtenção de novos recursos e linhas de crédito de curto prazo. Na esteira da piora da crise financeira, cresceram as preocupações e desconfianças com relação à solvência do sistema bancário norte-americano e seus impactos recessivos sobre o lado real da economia. Nesse sentido, a quebra do *Lehman Brothers* é, efetivamente, o ponto nevrálgico de agravamento da crise financeira." (Borça Júnior e Torres Filho, pág 132, 2008).

Quando a bolha estourou, a transparência em relação à receita e aos ativos do *Lehman* começou a ser real e as informações em relação ao prejuízo foram eminentemente popularizadas. Os acionistas, diante de tal situação, começaram a retirar seus capitais investidos; o preço das ações despencou de uma maneira descomunal fazendo o banco pedir concordata e, posteriormente, falir.

A quebra do banco deveu-se a diversos fatores entrelaçados que, juntos, somaram uma força para derrubar a fortaleza *Lehman*, que era considerado muito grande para quebrar. Esses fatores podem ser listados como a ganância em engrandecer o banco com dados forjados, a bolha imobiliária que fez o preço das hipotecas oscilarem de uma maneira descomunal e a falta de ajuda do governo para o resgate econômico.

"Nos últimos 30 anos, os Estados Unidos foram tomados por uma oligarquia financeira amoral, e o sonho americano de oportunidade, educação e mobilidade social está hoje, em grande medida, limitado ao pequeno percentual mais abastado da população" (Ferguson, pág 9, 2010)

1.2 Consequências da crise

Como foi analisado anteriormente, o cenário econômico antecedente a crise, principalmente no começo do segundo milênio, é caracterizado crescente, vinculado principalmente com o mercado imobiliário em ascensão. O valor do imóvel americano atinge seu ponto máximo em meados de 2006, quando a partir disso entra em deflação. Inicialmente a acelerada desvalorização imobiliária inicia o processo de redução da demanda agregada, gerando a redução dos gastos das famílias em geral e a desaceleração da construção civil.

A crise oficialmente adquire perfil sistêmico a partir da quebra do banco Lehman Brothers no segundo semestre de 2008. Nasceu uma desconfiança geral que resultou na paralisação das operações interbancárias e principalmente a escassez da oferta de crédito que contribuiu ainda mais com a desaceleração do gasto familiar, implicando em uma recessão. O aumento das dívidas familiares, tanto em relação com patrimônios, quanto em relação aos fluxos bancários, forçou as famílias de classe mediana a concentrar suas riquezas em poupanças correntes e outras formas de investimentos que oferecem o mínimo possível de risco, como o tesouro americano (o que justifica a valorização significativa do dólar de 2008 para 2009).

Mesmo após todo o esforço do governo e das políticas monetárias para conter a crise (como a redução da taxa de juros a curto prazo a quase 0%, o aumento do balanço atual do Sistema de Reserva Federal dos Estados em cerca de 300% e o plano de resgate dos bancos e empresas endividadas para estimular a demanda agregada no valor de quase US\$ 800 bilhões aprovado pelo presidente Obama, a pedido do ex presidente Bush), os indicadores econômicos apontavam claramente que a economia dos Estados Unidos estavam oficialmente em recessão(Oreiro, 2011). O PNB (Produto Nacional Bruto) caiu de 2.2% para apenas 0,8% de 2007 a 2008, justificando a queda da produção industrial, da taxa de crescimento do consumo e do desemprego conforme mostra a tabela 1.1.

Tabela 1.1 – Taxas de desenvolvimento de 2007 a 2009

	2007	2008	2009
Taxa da produção industrial	1,5%	-2,2%	-12,8%
Taxa de desemprego	4,6%	5,8%	9,0%
Taxa de: crescimento do consumo	2,9%	3,8%	-0,4%

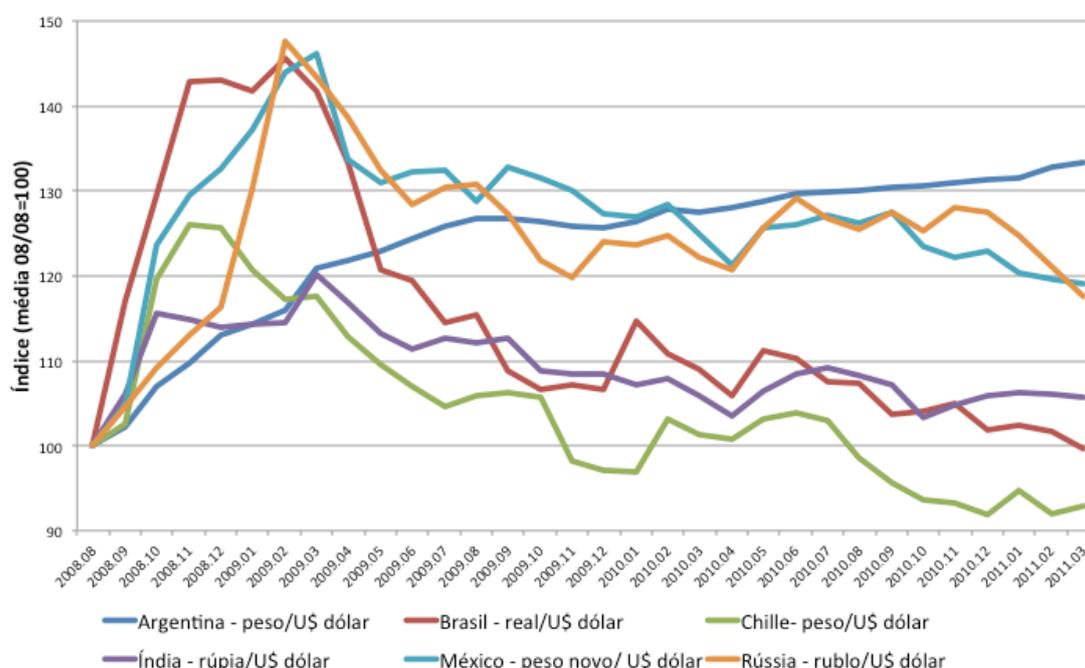
Fonte Tabela 1: FMI(Fundo Monetário Internacional)

Os efeitos da crise foram difundidos dos Estados Unidos para o resto do mundo basicamente a partir dos fluxos de capitais e do fluxo do comércio internacional, a Europa por sua vez, sofreu de algumas consequências gerada pela crise, principalmente países como a Grécia e a Espanha. Os países que formam a área do euro são basicamente divididos em dois grupos, países como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (denominados PIIGS); e a Alemanha.

A Alemanha conseguiu superar a crise e manter a competitividade externa devido ao elevado fluxo de exportações e a uma política adotada pelos sindicatos alemães, de "moderação salarial", que abaixou o custo unitário do trabalhador alemão industrial em troca da manutenção dos empregos. Os demais países que compõe o PIIGS por sua vez passaram por dificuldades maiores do que Alemanha, e alguns países ainda não se recuperaram por completo (Grécia, por exemplo)[Oreiro 2010,2011]. Índices como queda do PIB, endividamento público, e a queda das exportações, que não puderam ser prevenidas devido um problema crônico de competitividade externa, o qual se reflete em grandes déficits em conta-corrente e desequilíbrios fiscais, caracterizavam a expansão e disseminação da crise americana para a Europa nos anos seguintes.

Embora os países em desenvolvimento, tiveram um crescimento econômico proporcional bem superior ao dos países desenvolvidos durante o surgimento da crise (principalmente a China) [Oreiro 2011], tais países não estavam imune a crise sistêmica. A diminuição dos apoios financeiros de países desenvolvidos (principalmente dos EUA) para países emergentes e/ou em desenvolvimento (como Índia, Rússia, México, Brasil, entre outros) devido a ampla liquidez internacional, as taxas de juros muito reduzidas nos mercados centrais, e o alto crescimento do PIB desses países contribuiu diretamente com a depreciação cambial dos mesmos. De um modo geral de uma ampla amostragem, de setembro até dezembro de 2008, as moedas emergentes depreciaram quase 10% em relação ao dólar (Magalhães Prates 2011).

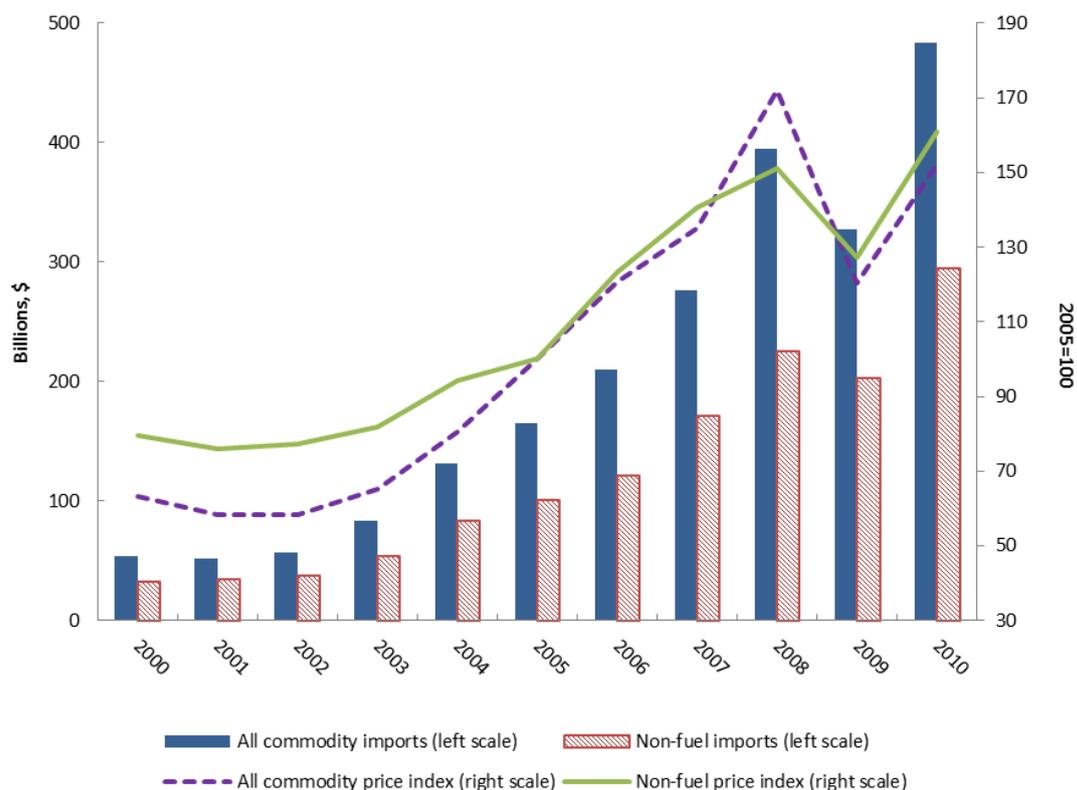
Gráfico 1.3 - O valor da moeda dos Países Em Desenvolvimento (PEDs).



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), elaboração por Ferraz (2013)

As *commodities* fazem parte da maior parcela das vendas de países em desenvolvimento. O preço de venda do petróleo, de alimentos agrícolas, produtos industrializados e metais também sofreu queda no período pós crise.

Gráfico 1.4 - O Valor do preço das commodities.



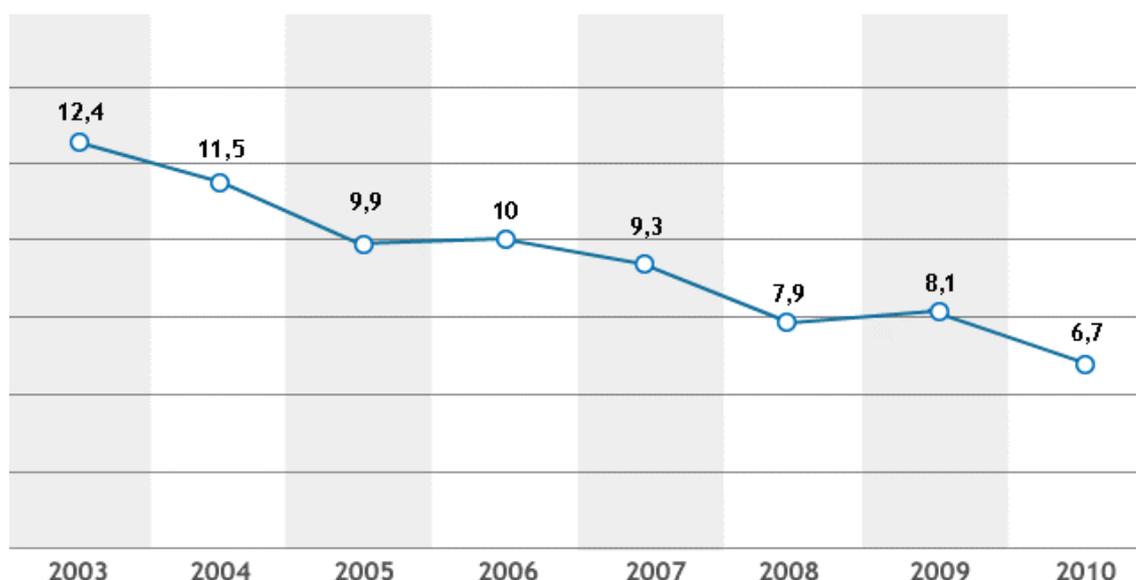
Fonte: UNCTAD, *UNCTADStat* e FMI WEO acessado em 2015; elaboração: Akyus (2012).

A situação econômica brasileira momentos antes da crise era positiva, caracterizada por um clima favorável aos investidores, crescimento do PIB e uma reduzida taxa de desemprego. Assim que a bolha estourou e a crise se propagou, não demorou muito para o Brasil começar a sentir seus efeitos.

Durante a década de 2000, a taxa de desemprego no Brasil foi caracterizada como uma taxa em constante redução, menos de 2008 para 2009 que houve um aumento de 0,2% conforme mostra o gráfico 1.5.

Gráfico 1.5 - Taxa de desemprego no Brasil

Δ = % de desemprego no país

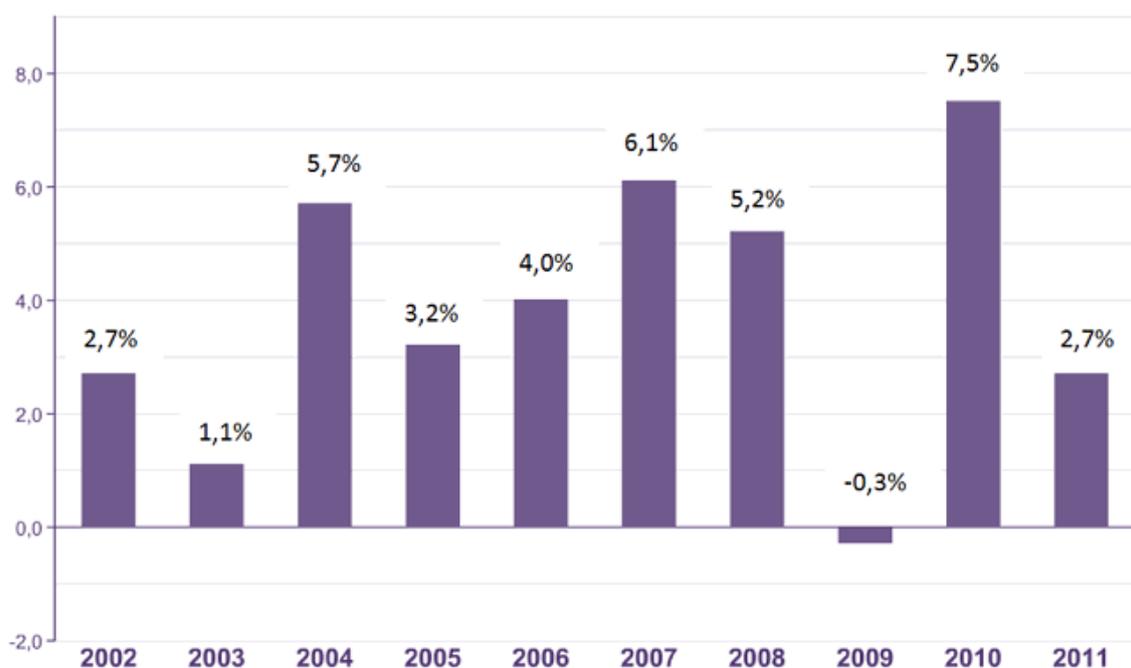


Fonte IBGE, PME acessado em 2015

Também é possível notar claramente os impactos da crise no desenvolvimento do PIB nacional. O ano de 2009 foi o único ano que apresentou uma taxa decrescente em um período de 10 anos.

Gráfico 1.6 - Crescimento do PIB

Δ = % de crescimento em relação ao ano anterior



Fonte IBGE, acessado em 2015

O Brasil é caracterizado um país emergente com uma ampla abertura financeira, que permite um vasto fluxo e o acesso de todos os tipos de investidores

estrangeiros, porém, essa grande abertura financeira aumenta a vulnerabilidade das economias periféricas referente a volatilidade das ações dos investidores estrangeiros. São essas operações referentes aos mercados de derivativos que influenciam diretamente na variação da taxa de câmbio nominal.

"Enquanto na fase de alta liquidez internacional, a taxa básica de juros da economia brasileira passou a ser uma variável determinante na formação da taxa de câmbio, na atual fase de forte restrição de liquidez, ela voltou a ser uma variável determinada pela evolução da crise e seus impactos no grau de aversão aos riscos dos investidores domésticos e internacionais. " (Prates, Farhi, pág 3, 2009).

Embora houve uma rápida valorização da moeda nacional em relação ao dólar em 2008 (devido ao susto no mercado internacional, e principalmente nos EUA), é possível notar a repentina queda do real chegando a valores similares que estava em 2008 no final de 2009, a queda continua até que em 2011 o valor do real se torna inferior do que era em 2008 (gráfico 1.3).

2. O setor bancário brasileiro: principais características

2.1 A evolução do setor bancário nacional

O cenário bancário nacional é majoritariamente composto por bancos mistos, que formam um ambiente oligopolizado de baixa concorrência, composto relativamente, por poucos bancos que atuam em todo o território nacional. Esse ambiente pode ser caracterizado pela sua alta eficiência no intermédio financeiro, apresentando um *spread* bancário¹ de qualidade, e traduzido por uma altíssima rentabilidade.

O cenário bancário nacional foi estabelecido como é atualmente, sofrendo mudanças, e se adequando ao andamento do país no início do milênio. Quando o Brasil passa pela transição do quadro de alta inflação para baixa inflação. Há uma elevação da eficiência financeira, se adequando ao contexto de estabilidade monetária da época. (Paula, Oreiro, 2007)

Durante a transição da década de 80 para a década de 90 o Brasil passou por um momento de alta inflação. Esse ambiente inflacionário impactou diretamente no setor bancário brasileiro, entre 1988 até 1994 o número de bancos no Brasil dobrou, passando de 111 instituições bancárias, para 244 bancos. (Febraban, 2015)

Todavia com a implantação do Plano Real em meados da década de 90, forçou o país em entrar em um estado deflacionário, revertendo a expansão bancária. O ambiente favorável a eficiência e a lucratividade bancária se inverteu, expondo o lado frágil e a ineficiência do caráter econômico e patrimonial na estrutura do sistema.

A seguinte abertura econômica gerou uma necessidade por demanda de crédito que somado com a disponibilidade de novos recursos no sistema bancário devido ao aumento significativo dos depósitos de conta corrente, conduziram os bancos a concentrarem seus recursos para operações creditícias.

¹ Spread bancário é a diferença da taxa de juros captada dos tomadores de crédito, pela taxa de juros paga a um investidor

Tabela 2.1 - Operações de Crédito e Depósitos no Brasil entre 1994 a 1996

X = R\$1000,00

Data	Operações de Crédito	Depósitos
Abril de 1994 ²	115.030	126.539
Outubro de 1994	148.612	164.802
Abril de 1995	174.218	198.976
Outubro de 1995	186.579	229.623
Abril de 1996	193.206	227.765
Outubro de 1996	205.165	237.177
Abril de 1997	224.653	261.115

Fonte Sisbacen

Tal aumento da oferta de crédito nesse período influenciou diretamente no crescimento da taxa de inadimplência, impactando explicitamente na redução das entidades bancárias nacionais.

A involução do desenvolvimento financeiro da economia nacional notado a partir de meados da década de 90 enfatizou a consolidação do setor bancário que foi notada pela diferença da concentração proporcional da queda dos números dos bancos (privados e principalmente estatais) com o crescimento do número de agências dos principais bancos sobreviventes deste período. As fusões e aquisições do final da década de 90 dos mesmos formam quase por completo o cenário do setor bancário atual.

Não podemos nos esquecer também da entrada de bancos estrangeiros no setor nacional que contribuíram com a regularização da discrepância do *spread* bancário da época.

No final do ano 2000 atuavam no Brasil 191 bancos e uma caixa econômica federal, sendo 16 deles públicos, 104 privados nacionais, e 71 privados estrangeiros. Os ativos estavam concentrados 24,33% no controle governamental, 42,56% para o controle privado brasileiro e 33,11% no controle estrangeiro. A bruta transformação do setor bancário nacional, devido as mudanças políticas, econômicas e sociais são evidenciadas pela quantidade de

² valores convertidos para reais

bancos sobreviventes, visto que de 191 bancos reconhecidos no final do ano 2000, apenas 64 funcionavam desde 1989. Durante este período de 12 anos, 15 bancos encerraram suas atividades sendo uma parte deles incorporados e transformados em outras instituições, outra parte teve suas autorizações canceladas e a maior parte foram liquidadas. (Febraban 2015)

A nova consolidação do cenário bancário do início da década 00 apresenta uma maturidade maior em relação a concessão de crédito por parte dos bancos sobreviventes em forma do crescimento da relação crédito/PIB, 45% apresentado em julho de 2009, mais que o dobro da taxa de outubro de 2002 (22%). (Correa, e outros, 2010)

Outra característica presente no início da década de 00 é o aumento da participação do Estado neste setor.

“Com efeito, entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2010, as operações totais de crédito do sistema financeiro público subiram 415,50% contra um aumento de 348,08% do sistema financeiro privado. Olhando apenas o crédito ao setor industrial, evidencia-se elevação de 297,33% do crédito público contra 240,46% do privado. A expansão do crédito do setor privado somente supera a performance e crescimento do crédito público nas operações às pessoas físicas e rurais. De toda sorte, o volume de crédito público ao setor rural é 35% superior ao concedido pelo privado.” (Correa e outros, pag 1, 2010)

Visto que o setor público ocupa apenas uma pequena parcela do total de ativos do cenário bancário nacional, fica clara a importância desse setor como patrocinador da área agrícola, que compõe uma grande parte do volume de exportações do país, evidenciando novamente o crescimento financeiro da economia brasileira nesta data.

Por fim a tabela a seguir aponta o número total de bancos no país e suas respectivas classificações até aproximadamente a época da crise.

Tabela 2.2 - Número total de Bancos entre 2000 a 2006

Bancos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Privados Nacionais	105	95	87	88	92	90	90
Privados Estrangeiros	70	72	65	62	58	57	56
Públicos	17	15	15	15	14	14	13
Total	192	182	167	165	164	161	159

Fonte: Bacen, acessado em 2015

2.2 A concentração do SBB

Como já visto anteriormente durante a evolução do SSB nas últimas décadas é identificada a mudança do número de bancos e agências ao longo do território nacional. Foi notada a redução significativa do número de bancos no Brasil, devido a falências após crises, e a aquisições e fusões principalmente depois da entrada de bancos estrangeiros no país. Em pouco mais de meia década, entre 2000 a 2006 o número de bancos decresceu de 192 instituições, públicas e privadas, para 159 instituições, quase 27%. (Febraban 2015)

O número de agências pelo contrário aumentou exponencialmente, que evidencia a dispersão dos grandes bancos no país. Nesse mesmo período de 6 anos(entre 2000 a 2006) o número de agências entre os 50 maiores bancos (múltiplos e comerciais) cresceu de 16103 para 18386 agências. (Serafim, 2007)

Embora houve um elevado crescimento no número de agências o mesmo não aconteceu em relação ao número de funcionários dos 50 maiores bancos, que no mesmo período entre 2000 a 2006 caiu de 501983 para 528815. (Serafim, 2007) Tal fato pode ser justificado pela reestruturação empregatícia ao longo dos anos e a implementação de novas tecnologias, como o crescimento do autoatendimento, a estruturação do *internet banking* e surgimento de novos prestadores de serviços como lotéricas e correspondentes bancários.

O Brasil é um país com uma característica bem específica em relação a concentração e atuação que é o alto índice de “bancarização” da população, uma palavra inventada que sugere o nível de acesso das pessoas em relação aos

bancos. Os grandes bancos tem atuação em todo o território brasileiro, e praticamente desse modo, toda a população tem acesso aos mesmos.

Esta grande presença e atuação dos grandes bancos pelo território destaca a concentração no setor brasileiro, por mais que o número de agências seja alto, a grande maioria está no poder de poucas entidades, comprovando a soberania, e a influência dos maiores bancos no país.

A partir da década de 90 a concentração dos bancos se apresenta como mais da metade de todos os ativos na posse de apenas cinco das maiores entidades. Valor que chega a 60% em 2006. Para se ter uma ideia vindo de uma maneira mais ampla, dos 10 maiores, a porcentagem sobe para 80% apenas em 2006. (Serafim, 2007)

“Vale atentar para o aumento dessa concentração ao se analisar os 20 maiores bancos no Brasil. No início do Plano Real os 20 maiores bancos já detinham 83,3% do total dos ativos totais, e este valor passou para 92,2% em 2006. Desta forma apenas 20 bancos, ou aproximadamente 19% do total de bancos, detinham nada menos que 92,2% dos ativos totais, sendo que mais de 60% se Concentrava apenas nos 5 maiores bancos. Vale ressaltar também que, para os 20 maiores, a concentração dos ativos cresce sem interrupção desde 2001.” (Serafim, 2007, pág 39)

2.3 A regulação do SSB

Durante todo o período de estruturação do setor bancário houveram diversos eventos que influenciaram significativamente no desenvolvimento do mesmo, moldando-o de acordo com as mudanças. O setor regulador do ambiente financeiro foi evoluindo e se caracterizando da mesma maneira que o setor bancário. Crises financeiras e político econômicas, a globalização, e o próprio desenvolvimento do setor bancário influenciaram diretamente para os órgãos reguladores terem os aspectos que possuem na atualidade.

Embora a grande taxa de liquidez, os bancos não estão livres de risco de crises e problemas econômicos. O Governo brasileiro por sua vez participou diretamente com programas implementados em meados da década de 90 cuja finalidade era regular o sistema financeiro nacional em frente a instabilidade econômica nacional e internacional. Essas medidas adotadas pelo governo brasileiro

tinham o objetivo de reestruturar e fortalecer o setor bancário nacional, que diante a situação financeira da época era caracterizado frágil e vulnerável.

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) foi uma das primeiras medidas implementadas pelo presidente Fernando Henrique Cardosos. Criado em 1995 o PROER teve o principal papel de resgatar instituições financeiras que sofriam de algum problema de liquidez.

Após a eficiente ação contra a superinflação na economia, o Plano Real impactou negativamente em certas instituições financeiras visto que as mesmas tinham a maior parte de seus lucros provenientes de ganhos inflacionários. O PROER resgatou as respectivas instituições realizando fusões, transferências acionárias, gerando incentivos fiscais e injetando recursos do governo nas mesmas a fim de livra-las de uma liquidação eminente e impedir o acontecimento de uma futura crise financeira no Brasil.

Segundo Serafim (2007), foram disponibilizados 10 bilhões de reais como forma de financiamento para instituições apenas no primeiro ano de funcionamento do programa.

Embora o PROER tenha sido alvo de críticas, principalmente durante seu período de implantação, como diversas acusações que levou o caso para uma CPI, ataques de partidos de oposição, o programa tem se mostrado eficiente na preservação do setor bancário em frente a futuras crises.

“Estimativas do Banco Central realizadas em março de 1997 para o custo total incorrido pelo Governo com a operacionalização desse Programa estavam entre 0,9% do PIB e 1,4% do PIB. Esse custo é bastante inferior à média registrada em 40 países de 12,8% do PIB.” (Febraban 2015)

Um ano após o surgimento do PROER, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual, mais conhecido como PROES foi implementado. O PROES, assim como o PROER atuava no resgate e reestruturação dos bancos, porém com foco apenas nos públicos estaduais com dificuldades de liquidez.

A distribuição de recursos para diversos estados brasileiros, assim como o desenvolvimento econômico dos mesmos não ocorre de maneira homogeneia de tal forma que a diferença econômica entre alguns estados é tal gritante que parecem estar dispostos em países diferentes. Estados com déficit financeiro automaticamente implicavam em bancos estaduais com problemas de liquidez.

Os estados que optaram adotar o programa PROES receberam linhas de créditos de acordo com o grau de endividamento dos seus respectivos bancos, possibilitando assim a solução para a dívida fiscal dos estados, por intermédio da privatização das instituições bancárias estaduais.

Na época da implementação do PROES existiam 35 entidades bancárias estaduais 10 foram liquidadas, 6 foram federalizadas (futuramente privatizadas), 7 foram privatizadas, 5 foram reestruturadas e as demais 3 instituições não adotaram ao programa. (Camargo, 2009)

“Neste sentido, vários bancos estaduais – inclusive os de porte relativamente grandes como Banerj, Bemge, Banestado e Banespa – foram vendidos para bancos privados nacionais (em particular o Banco Itaú) e bancos estrangeiros (Santander e ABN-Amro). Por outro lado, grandes bancos varejistas privados, como Bamerindus e Real, foram adquiridos por bancos estrangeiros, respectivamente, pelo HSBC e ABN-Amro.” (Correa e outros, pag 5, 2010)

O desenvolvimento, implantação e atuação desses programas contribuíram ainda mais com a redução do número de bancos no Brasil na década de 90. O PROER e o PROES também contribuíram positivamente no cenário financeiro bancário por fim de evitar futuras crises sistêmicas econômicas.

2.4 Como é a competição e o lucro do SSB

Após os diversos eventos ocorridos durante a formação do setor bancário brasileiro, a concorrência bancária a partir da década 00 se mostrou claramente como um regime de concorrência monopolista.

Tais eventos como a diminuição do número de bancos devido a falência de alguns, e a fusões e compras de outros; ao desenvolvimento e implementação de novas tecnologias enfatizaram e intensificaram a concentração bancária, fazendo com que os maiores bancos estabelecessem um certo padrão para seus produtos e serviços.

A entrada dos bancos estrangeiros surpreendentemente também não implicou em mudanças significativas na concorrência, visto que os mesmos também

adotaram os mesmos padrões de produtos e serviços que os demais bancos nativos aderiram.

Embora durante o período de consolidação e desenvolvimento do setor bancário pode ser notada um leve crescimento do nível de concorrência durante 2001 até 2007. Após uma análise paramétrica dos 50 maiores bancos feita a partir das equações fornecidas por Bikker e Haaf (2002) nesse período de tempo, foi determinado um crescimento de 0,51%, um índice menor do que o determinado da média de 101 países emergentes por Bikker e Spierdijk (2008). (Febraban 2015)

O cenário de baixa competição do setor bancário brasileiro gera uma elevação dos preços de serviços dos bancos e o aumento do custo de crédito de maneira geral.

O lucro atual dos bancos são provenientes basicamente de tarifas bancárias e os *spreads* referentes as intermediações entre captação e concessão de capital. A escassez da concorrência no setor impacta diretamente no *spread* bancário, criando um portfólio de alta taxa de juros na concessão de empréstimos. Embora a taxa de juros relacionada ao crédito seja alta em ambas, é possível notar uma grande diferença entre a concessão creditícia de pessoas físicas e jurídicas.

A rentabilidade média cobrada entre as operações de crédito para as famílias em relação as empresas entre 2001 a 2006 é aproximadamente 400% maior. (Martins, 2012) Geralmente as empresas são mais desprovidas de demonstrativos contábeis de auditorias independentes e avaliações por agências de risco e por isso a oferta de crédito para as empresas se tornem mais seletiva.

Tal disparidade na concessão de empréstimos para famílias e empresas gera um ciclo contínuo que contribui com a ineficiência do setor financeiro em relação ao desenvolvimento da economia em geral. A falta de assistência ao desenvolvimento produtivo estagna o desenvolvimento do próprio, enquanto a lucratividade bancária aumenta sem embargo. O elevado grau de liquidez do setor financeiro também resulta na ineficiência do desenvolvimento econômico, visto que nos anos decorrentes pode se visualizar a discrepância do lucro dos outros setores econômicos.

“A contribuição sustentável do sistema financeiro ao crescimento econômico ocorre quando a taxa média de lucro financeira for menor que a taxa média das atividades produtivas, pois em termos contábeis, a intermediação não gera valor, apenas transfere valor captado pelos lucros do setor produtivo.” (Basílio, Camargo, pág 6, 2008)

A mudança do foco das receitas do setor bancário para as operações de crédito e a cobrança de tarifas durante metade da década de 90 devido a implementação do plano real, impactou diretamente no lucro dos bancos neste período, que tiveram um enorme aumento devido a essas fontes.

A multiplicação dos ganhos dos bancos nacionais foi rapidamente visualizada diretamente na diferença do crescimento lucro pelo patrimônio líquido dos 10 maiores bancos do Brasil entre o ano de 2000 até 2006. Nesse período de tempo de seis anos a porcentagem de lucro sobre o patrimônio líquido dos 10 maiores bancos dobrou, de 10,44% para 20,98%. (Serafim, 2007)

A diversificação de produtos e serviços oferecidos pelos bancos, juntamente com a disponibilidade de novas tecnologias frequentes influenciaram um ambiente favorável na oportunidade de uma nova fonte de renda, as tarifas.

As tarifas bancárias, que também foram originadas na época de implantação do Plano Real (autorizadas pelo governo em 1994), contribuem até hoje como uma grande parcela dos lucros bancários no Brasil. De 1994 a 2005 as receitas provenientes de tarifas bancárias aumentaram de 6,25% para 12,7% das receitas totais do setor. Temos que considerar as tarifas bancárias de maneira mais relevante como fonte de lucro visto que as mesmas tiveram 26% de seus ganhos destinados para as despesas de pessoal em 1994, já em 2005 a soma das receitas de prestações de serviços cobriram 113,9% das despesas de pessoal. (Serafim, 2007)

3.Capítulo 3 – Os principais impactos no setor bancário

Neste capítulo será analisado o impacto da crise financeira de 2008 no setor bancário nacional. Para isso serão usados os dados de Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2007 a 2011 disponibilizados pelo Banco Central (BACEN).

Após um detalhamento da crise financeira originada nos Estados Unidos especificando as causas, consequências e impactos gerais, podemos ter uma ideia do que a crise foi. E após o breve resumo histórico e a caracterização do setor bancário nacional, pode-se vincular os dois assuntos para formar uma breve análise criteriosa dos efeitos dessa adversidade econômica que abalou o mundo no começo do século.

Para a conclusão do diagnóstico dos impactos da crise financeira mundial sobre o setor bancário brasileiro primeiro é preciso entender qual era a situação da área financeira momentos antes do estouro da crise.

Anteriormente, no Capítulo 2, em que houve a caracterização do setor bancário nacional, pode se perceber os principais aspectos do setor, que dão pilares importantes para a iniciação da análise. Tais aspectos podem ser listados como o rendimento (lucro dos bancos, composto principalmente pelo *spread* bancário, provenientes de operações creditícias e tarifas bancárias), a concentração e a concorrência do mercado.

3.1 – Situação do setor creditício brasileiro momentos antes da crise

O ano de 2007 foi antecedente da propagação da crise. Embora nos Estados Unidos já se sentiam as alterações no mercado financeiro devido a inadimplência creditícia, no Brasil o cenário era outro. Não havia suspeitas em relação a futura crise, pelo contrário, o país nesse momento vivenciava um período otimista em relação ao desenvolvimento econômico, apontado por uma redução do *spread* bancário e consequentemente o aumento da oferta de crédito.

As medidas tomadas pelo Banco Central do Brasil nessa década foram responsáveis por essa fase otimista, mais especificamente o PJSB (Projeto Juros e *Spread* Bancário) que contribuiu com a diversificação de produtos e serviços bancários, reduzindo as taxas de juros e consequentemente elevando a oferta de crédito no setor de 25,9% para 34,7% do Produto Interno Bruto (PIB) entre outubro de 1999 a dezembro de 2007. (Bacen, 2015)

Em meio as medidas adotadas para a redução do juros e *spread* bancário e o aumento da concorrência do mercado creditício, pode ser apontada a medida que estabelece a exigência da informação antecipada quanto ao Custo Efetivo Total (CET), permitindo a portabilidade do crédito em meio da normatização da quitação antecipada das respectivas operações.

Outra medida também adotada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foi a regulamentação da cobrança de tarifa por liquidação antecipada das operações de crédito, vedando a cobrança deste tipo de tarifa para este tipo de operação.

Tais medidas contribuíram com um desenvolvimento positivo em relação ao mercado de crédito. No final de 2007 o total de recursos contabilizados de operações creditícias foi de 936 bilhões, 203,4 bilhões a mais do que o ano de 2006. Em comparações relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do país, pode se notar um grande crescimento, visto que no ano de 2007 os financiamentos realizados com recursos livres equivaleram uma parcela de 34.7% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional, um aumento de 4% em relação a 2006. (Bacen, 2015)

Desses 936 bilhões de recursos contabilizados de operações creditícias, mais de 70% são de recursos livres (operações formalizadas com taxas de juros estabelecidas entre o tomador e as instituições financeiras), o restante são recursos direcionados (operações com taxas de juros estabelecidas pelo governo). (Bacen, 2015)

A tabela 3.1 exemplifica a situação do mercado de crédito no período antecedente a crise financeira de 2008.

Tabela 3.1 - Demonstração dos Recursos creditícios anteriores a crise (Ano de 2007)

Recursos creditícios	R\$ (bilhões)	Percentual	Percentual em relação ao PIB
Total de recursos	936	100%	34,7%
Recursos livres	661,6	70,7%	24,5%
Recursos direcionados	274,4	29,3%	10,2%

Fonte Bacen, 2015 elaboração própria

3.2 – Análise do setor creditício brasileiro após a crise

A nova onda contaminante de paralização do mercado de crédito mundial devido a crise financeira não se mostrou tão intensa no Brasil nos anos decorrentes. No ano da crise, em 2008, o total de recursos livres de crédito contabilizados foi de 1,22 trilhões de reais, 131% do que os 936 bilhões contabilizados no ano anterior. (Bacen, 2015)

Porém no ano seguinte, em 2009, a desaceleração do crescimento do mercado de crédito ficou mais acentuada, o montante total de recursos creditícios foi de 1,41 trilhões de reais, o que equivale a um crescimento de 115% em relação a 2008.

**Tabela 3.2 - Demonstração dos Recursos creditícios após a crise
(Ano de 2007 a 2009)**

Recursos	R\$ (bilhões)	Percentual em relação a 2007
Total de recursos Em 2007	936	100%
Total de recursos Em 2008	1227,3	131%
Total de recursos Em 2009	1414,3	151%

Fonte Bacen, 2015, elaboração própria

Embora nota-se o leve retardo no crescimento do setor de crédito no Brasil após a crise, não deve se levar com tanta relevância os dados de maneira tão pejorativa, visto que proporcionalmente em relação a o Produto Interno Bruto dos respectivos anos o crescimento é gradativo.

O Saldo total de recursos de 1,227 trilhões de reais em 2008 equivaleram a 40,8% da participação do PIB, e em 2009 os 1,414 trilhões de reais corresponderam 45% da participação do Produto Interno Bruto no Brasil. (Bacen, 2015)

Devido as ações macroprudenciais adotadas para a diminuição do risco sistêmico do setor bancário no final de 2010, desempenhando o papel para limitar a demanda e conter a expansão de crédito, principalmente em contratos com prazos extensos, os demonstrativos creditícios retomaram o crescimento gradativo apresentado anteriormente. Essas medidas macroprudenciais compunham basicamente em ações para moderar os prazos mais extensos de financiamento, como por exemplo, o financiamento de veículos automotores para pessoas físicas. (Bacen, 2015)

Em 2010 foram registrados 1,705 trilhões de reais em recursos creditícios do sistema financeiro nacional, valor que subiu para 2,03 trilhões em 2011. O percentual em relação ao PIB aumentou ainda mais em relação aos anos anteriores.

Em 2010 os 1,7 trilhões equivaleram a uma parcela de 45,2 % do PIB nacional, e em 2011 os 2,03 trilhões corresponderam a 49% do PIB nacional. (Bacen, 2015)

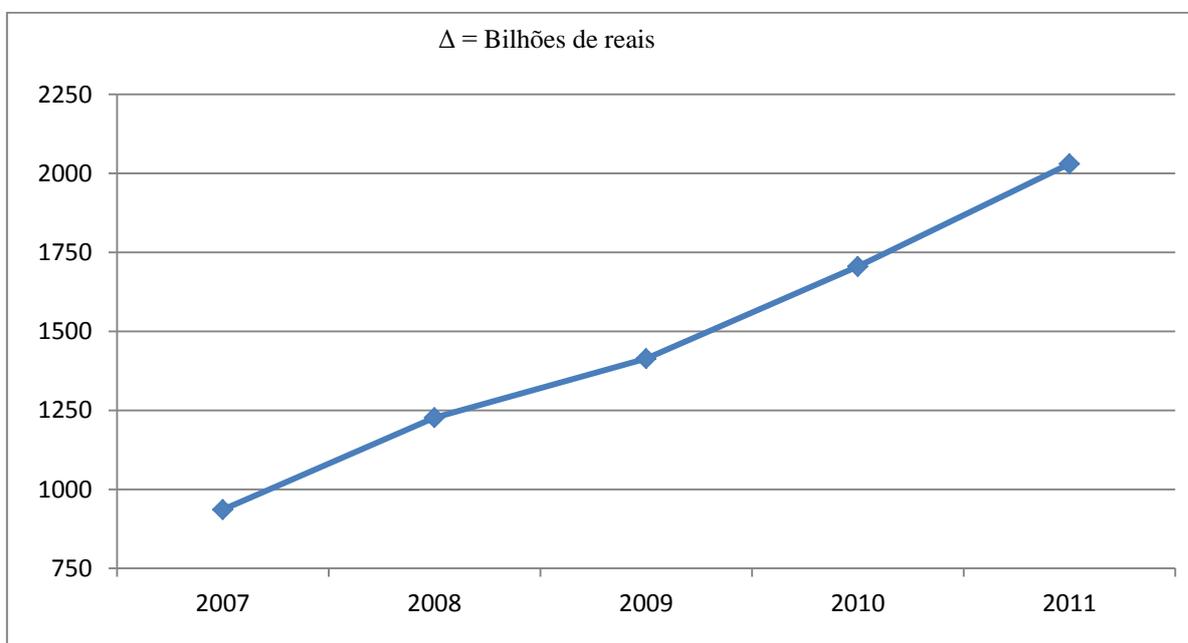
Tabela 3.3 - Demonstração dos Recursos creditícios 2010 e 2011

Recursos creditícios	R\$ (bilhões)	Percentual Em relação a 2009	Percentual em relação ao PIB
Total de recursos 2010	1705,9	120,6%	45,2%
Total de recursos 2011	2030,1	143,5%	49%

Fonte Bacen, 2015, elaboração própria

Após todos estes dados, pode se traçar uma sequência analítica que permite a construção de um gráfico do período após a crise financeira.

Gráfico 3.1 - Demonstração dos Recursos creditícios 2007 a 2011



Fonte Bacen, 2015, elaboração própria

O gráfico 3.1 representa o desenvolvimento das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional do momento pré-crise, em 2007 até períodos após a crise, em 2011. Constata-se que o crescimento exponencial apresentado a partir de 2007 sofre uma leve queda no ano da crise em 2008, mas se recupera no ano seguinte, em 2009.

3.3 – Análise da eficiência do setor bancário brasileiro após a crise

Como foi demonstrada também anteriormente, a cobrança de tarifas bancárias também faz parte de uma parcela considerável dos rendimentos bancários, a partir que tem sido consolidada através dos anos, estando cada vez mais presentes e gerando cada vez mais receita para os bancos.

Em 2007, o valor nominal de receitas dos bancos relacionado à prestação de serviços foi de 14,8 bilhões de reais, mais da metade do lucro líquido dos 5 maiores bancos brasileiros (Bacen, 2015). Em 2007 estima-se que o lucro total dos 5 maiores bancos no Brasil (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Unibanco e Real AMRO) foi de aproximadamente 27.89 bilhões de reais. (Economatica, 2015)

A denominação dos 5 maiores bancos brasileiros sofrem uma alteração no período após a crise. Duas enormes aquisições marcam esta época e intensificam o lucro dos maiores bancos brasileiros e a concentração bancária nacional em 2008. Essas duas uniões são a fusão entre o Banco Santander Brasil e o Banco Real, e a fusão que criou o maior conglomerado de holding financeira da América do Sul, a fusão entre o Banco Itaú e o Unibanco.

Desta maneira, a análise do lucro dos 5 maiores bancos brasileiros feita a partir de 2008 englobam os demonstrativos contábeis dos bancos Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco Santander.

**Tabela 3.4 - Demonstrativo do lucro dos 5 maiores bancos
(Período entre 2008 a 2011)**

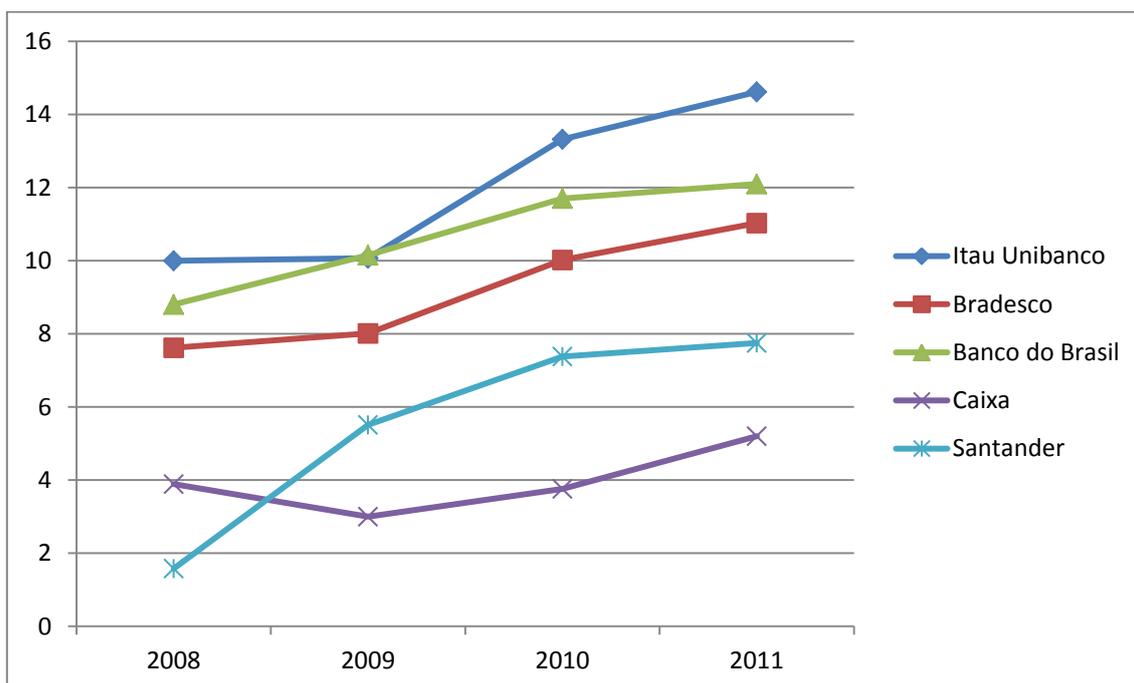
Nome do Banco	2008	2009	2010	2011
Itaú Unibanco	10	10,07	13,32	14,62
Banco do Brasil	8,8	10,15	11,7	12,1
Banco Bradesco	7,62	8,01	10,02	11,03
Caixa Econômica Federal	3,89	3	3,76	5,2
Banco Santander	1,58	5,51	7,38	7,75

Valor em bilhões de reais

Fonte Economatica, 2015, elaboração própria

Após a análise dos dados dos lucros bancários percebe-se a contínua intensificação da concentração bancária. Quanto ao crescimento exponencial do lucro, começa a se normalizar a partir de 2009.

**Gráfico 3.2 - Demonstrativo do lucro dos 5 maiores bancos brasileiros
(Período entre 2008 a 2011)**



Fonte Economatica, 2015, elaboração própria

Após a análise do Gráfico 3.2, percebe-se o pequeno crescimento do lucro dos 3 maiores bancos (Itaú, Bradesco e Banco do Brasil) de 2008 para 2009, separadamente o acelerado crescimento do lucro do Banco Santander, principalmente devido a união com o Banco Real. Contudo o gráfico também demonstra neste período a queda da lucratividade da Caixa Econômica Federal. Após o ano de 2009, pode ser notado a retomada do crescimento do lucro dos bancos de forma exponencial.

Considerações finais

A crise financeira de 2008, originada nos Estados Unidos da América como uma crise do setor creditício imobiliário se alastrou pelo mundo de maneira acelerada. Após a quase uma década países ainda sofrem por causa deste evento.

No ano de 2008 quando os principais indícios da crise chegaram ao Brasil, o setor bancário nacional era classificado como um ambiente oligopolizado de baixa concorrência, cuja alta eficiência pode ser analisada por os demonstrativos altamente rentáveis.

Após a o desenvolvimento e a elaboração dos principais pontos das causas e consequências da crise financeira e da caracterização do setor bancário no momento da crise, foi possível se obter uma posição conexa referente o impacto da crise no setor.

Embora sejam notados os efeitos no período vigente da crise, 2007 e 2008, pode ser notada a recuperação dos resultados no ano seguinte, em 2009. O crescimento exponencial do lucro dos maiores bancos retomam suas devidas proporções em um ano após a expansão da crise econômica.

Portanto pode se concluir que os impactos da crise financeira mundial de 2008 no setor bancário brasileiro foram mínimos, devidos a superproteção do governo em relação a essa área. A alta lucratividade do setor bancário nacional estabelece o Brasil como um país diferenciado nas características do setor bancário em relação aos demais países, mesmo a maioria dos países subdesenvolvidos não se equiparam ao Brasil em questão da lucratividade do setor.

Isto leva a um ciclo vicioso, carente de estímulos econômicos para outros setores do país, estagnando o desenvolvimento das demais áreas.

Para uma possível reversão deste ambiente desestimulador, é necessária uma reforma estrutural, com medidas favoráveis ao incitamento da concorrência entre os bancos e a redução das taxas de juros abusivas.

Visto que este trabalho tenha diversas limitações devido ao tempo restrito e escassez de fontes, o trabalho posiciona e esclarece para o leitor os seguintes assuntos de maneira clara e resumida, contribuindo modestamente para o recolhimento de resultados desta área. Porém ainda há uma conjunção para a exploração o tema, a diversificação e o detalhamento das pesquisas. Eventualmente a exploração do impacto sobre os bancos menores serão de grande importância para o tema.

Referências

- AKYUS, Y. (2012). The Staggering Rise Of The South? Research Papers, 44. South BANCO CENTRAL DO BRASIL, acessado em 2015
- BASILIO, J, P, N; CAMARGO, R, P ,O setor bancário no Brasil: transformações recentes, rentabilidade e contribuições à atividade econômica, BELLUZZO, A Crise Financeira e o Papel do Estado, 2009
- BORÇA, G, R. ; TORRES, E, T, Analisando a Crise do "Subprime", Rio de Janeiro, V. 15, N. 30, 2008
- CAIXA, acessado em 2015
- Center, march 2012.
- CORREA, P,R,R; PAULA, L, F, R. OREIRO, J, L, C; BASÍLIO, F, A, C, A Estrutura do Setor Bancário Brasileiro e o Ciclo Recente de Expansão do Crédito: O Papel dos Bancos Públicos, 2010
- Economica, acessado em 2015,
- FARHI, M.; PRATES, M.; FREITAS, M.C.; CINTRA, A.M. (2008). A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. 2008
- FEBRABAN www.FEBRABAN.org.br acesso em 02/10/2015 acesso 2015
- FERGUSON, C, O Sequestro da America, 2010
- FERRAZ, F,C, CRISE FINANCEIRA GLOBAL: IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA, POLÍTICA ECONÔMICA E RESULTADOS, Rio de Janeiro, 2013
- FMI(Fundo Monetário Internacional) acessado em 2015
- FREITAS, M.C.; CINTRA, A.M. (2008). Inflação e Deflação de Ativos a Partir do Mercado Imobiliário Americano
- IBGE, PME, acessado em 2015
- OREIRO J.L. A crise na Europa e os dilemas da Espanha, 2010
- OREIRO J.L. The financial crisis: origins and implications 2011
- PAULA,L,F; OREIRO, J,L, *Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro* , Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2007
- Prates , D, M; Cunha, A, M, Medidas m Medidas macroprudenciais e a acroprudenciais e a acroprudenciais e a evolução do volução do volução do crédito em 2011, 2012, Porto Alegre
- PRATES D.M. O efeito-contágio da crise global sobre os países emergentes 2010

S&P/CASE-SHILLER, acessado em 2015

SERAFIM, E, Concentração e Rentabilidade Bancária: um estudo do período Pós-Plano Real, 2007

SISBACEN, acessado em 2015

UNCTAD, acessado em 2015